



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS  
PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 2275-39.2012.6.02.0000, CLASSE 25

ACÓRDÃO N.º 9.481  
(18.12.2012)

**PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 2275-39.2010.6.02.0000, CLASSE 25.**

**ASSUNTO:** Prestação de contas de campanha eleitoral referente ao pleito de 2012.

**INTERESSADO:** PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA (PRP) – ÓRGÃO DE DIREÇÃO REGIONAL EM ALAGOAS.

**RELATOR:** Des. José Carlos Malta Marques.

**Ementa.**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2012. PRP. DIRETÓRIO ESTADUAL. OMISSÃO. NOTIFICAÇÃO PARA PRESTAR CONTAS. ART. 38, § 4º, DA RES.-TSE Nº 23.376/12. DECURSO DO PRAZO *IN ALBIS*. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. SUSPENSÃO DA QUOTA DO FUNDO PARTIDÁRIO PELO PRAZO DE SEIS MESES. ART. 51, § 4º, DA RES.-TSE Nº 23.376. DECISÃO UNÂNIME.**

1. De acordo com o art. 35, III, da Resolução TSE nº 23.376/12, que disciplina a prestação de contas das eleições de 2012, os partidos políticos, em todas as suas esferas, deverão prestar contas à Justiça Eleitoral.

2. Na hipótese de omissão no dever de prestar contas, o partido será instado a prestá-las, no prazo de 72h, após o que, permanecendo a omissão, serão imediatamente julgadas não prestadas as contas. Inteligência do § 4º do art. 38 da Res.-TSE nº 23.376.

3. Nos termos do art. 53, II, da Res.-TSE nº 23.376, a decisão que julgar as contas eleitorais como não prestadas acarretará ao partido a perda do direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário, que no caso em exame é fixada em seis meses.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, **ACORDAM** os Desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, à unanimidade de votos, em julgar não prestadas as contas de campanha do Diretório Estadual do PRP em Alagoas, atinentes às eleições de 2012, nos termos do voto do eminente Relator.

Sala de Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, em Maceió, aos 18 dias do mês de dezembro do ano de 2012.

  
DES<sup>a</sup>. ELISABETH CARVALHO NASCIMENTO – Presidente

  
DES. JOSÉ CARLOS MALTA MARQUES – Relator

RODRIGO ANTÔNIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA – Procurador Regional Eleitoral



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS  
PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 2275-39.2012.6.02.0000, CLASSE 25

---

**RELATÓRIO**

Tratam os autos da omissão do Diretório Regional do Partido Republicano Progressista (PRP) em Alagoas na prestação de contas referente às eleições de 2012, consoante determina a Resolução TSE nº 23.376/12.

Notificado para apresentar suas contas no prazo de 72h, nos termos do § 4º do art. 38 da Resolução TSE nº 23.376, o órgão partidário regional deixou transcorrer *in albis* o prazo assinalado.

Autuados e distribuídos, os autos foram remetidos ao Ministério Público Eleitoral que exarou parecer, às fls. 10/11, no sentido de que as contas do partido sejam julgadas não prestadas, e que seja imposta a sanção de suspensão das cotas do fundo partidário pelo prazo de 06 (seis) meses.

É o relatório.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS  
PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 2275-39.2012.6.02.0000, CLASSE 25

VOTO

Senhora Presidente, o presente feito traz à apreciação deste Tribunal a omissão do Diretório Estadual do PRP em Alagoas em prestar contas referente a campanha eleitoral do pleito de 2012.

De acordo com o art. 35, III, da Resolução TSE nº 23.376/12, que disciplina a prestação de contas das eleições de 2012, os partidos políticos, em todas as suas esferas, deverão prestar contas à Justiça Eleitoral. Por sua vez, o art. 38, caput, da referida norma, dispõe que os candidatos, comitês financeiros e partidos possuem até o dia 06 de novembro deste ano para apresentar as prestações de contas.

Todavia, em razão da omissão no dever de prestar contas, é que a agremiação partidária foi notificada por determinação do Exmo. Sr. Desembargador Presidente deste Tribunal Regional, para apresentar, no prazo de 72h, as contas de campanha, conforme preconiza o § 4º do art. 38 da Res.-TSE nº 23.376, vejamos o seu teor:

Art. 38. As contas de candidatos, de comitês financeiros e de partidos políticos deverão ser prestadas à Justiça Eleitoral até 6 de novembro de 2012 (Lei nº 9.504/97, art. 29, III).

(...)

§ 4º Findo os prazos fixados neste artigo, sem que as contas tenham sido prestadas, a Justiça Eleitoral notificará, no prazo máximo de 5 dias, candidatos, partidos políticos e comitês financeiros da obrigação de prestá-las, no prazo de 72 horas, após o que, permanecendo a omissão, serão imediatamente julgadas não prestadas as contas (Lei nº 9.504/97, art. 30, inciso IV).

Não obstante o partido tenha sido notificado na pessoa do Sr. Paulo Medeiros, Secretário Geral da agremiação política, conforme certidão de fls. 03, o prazo de 72h oferecido decorreu *in albis* (fls. 06).

Registro que o presente feito não foi submetido ao crivo analítico da Coordenadoria de Controle Interno deste Regional por duas singelas razões, primeiro, por óbvio, porque não houve qualquer apresentação de documentos por parte da agremiação que exigisse a intervenção da unidade técnica mencionada, e segundo por ser desnecessário no caso dos autos, ante o claro comando contido no § 4º do art. 38 acima transcrito.

Por fim, esclareço que, nos termos do art. 53, II, da Res.-TSE nº 23.376, a decisão que julgar as contas eleitorais como não prestadas acarretará ao partido, em



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS  
PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 2275-39.2012.6.02.0000, CLASSE 25

relação às suas próprias contas e às contas do comitê financeiro que estiver a ele vinculado, a perda do direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 51 da mesma norma, que prevê a aplicação da suspensão, de forma proporcional e razoável, pelo período de um a doze meses.

Desta feita, julgo não prestadas as contas de campanha do Diretório Regional do PRP em Alagoas, referentes às eleições de 2012, nos termos do art. 38, § 4º, da Res.-TSE nº 23.376/12, com a consequente perda do direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário pelo prazo de 06 (seis) meses, conforme preceitua o art. 53, inciso II, da Res.-TSE nº 23.376/12.

O Diretório Nacional do PRP e o colendo TSE devem ser comunicados acerca do teor desta decisão.

É como voto.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'José Carlos Malta Marques', written over a circular stamp or seal.

DES. JOSÉ CARLOS MALTA MARQUES  
Relator

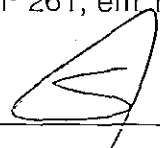


TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS  
SECRETARIA JUDICIÁRIA  
COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO E REGISTROS PLENÁRIOS  
SEÇÃO DE REGISTROS E PUBLICAÇÕES PLENÁRIOS

Prestação de Contas Nº 2275-39.2012.6.02.0000  
PROTOCOLO Nº 65.538/2012

**CERTIDÃO DE CONFERÊNCIA E PUBLICAÇÃO**

Certifico não só que o Acórdão/Resolução de nº 9481 foi conferido(a) na 137ª Sessão Ordinária, realizada em 18/12/2012, como também que a referida decisão fora publicada no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral em Alagoas (DEJEAL) de nº 261, em 19/12/2012, à(s) fl(s). 6/7.

Eu  (Sérgio Ricardo Santos Menezes) lavrei a presente certidão, que segue assinada pela Coordenadora de Acompanhamento e Registros Plenários.

Maceió(AL), em 19/12/2012.

  
CLICIANE DE HOLANDA FERREIRA CALHEIROS



**Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas**

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO**

**Prestação de Contas Nº 2275-39.2012.6.02.0000**

**Prot. 65.538/2012**

**ORIGEM: MACEIÓ - AL**

**JULGADO EM: 18/12/2012 (SESSÃO Nº 137/2012)**

**RELATOR(A): DES. JOSÉ CARLOS MALTA MARQUES**

**PRESIDENTE DA SESSÃO: DESEMBARGADOR ELEITORAL ELISABETH CARVALHO NASCIMENTO**

**PROCURADOR(A) REGIONAL ELEITORAL: Dr(a). RODRIGO ANTÔNIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA**

**SECRETÁRIO: MARCONDES GRACE SILVA**

**AUTUAÇÃO**

**RECORRENTE(S) : PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA (PRP) - ÓRGÃO DE DIREÇÃO REGIONAL EM ALAGOAS**

**DECISÃO**

Acordam os Desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, à unanimidade de votos, em julgar não prestadas as contas de campanha do Diretório Estadual do PRP em Alagoas, atinentes às eleições de 2012, nos termos do voto do eminente Relator. (Acórdão nº 9.481, de 18/12/2012).

Participantes da Sessão: Presidência da Excelentíssima Senhora Desembargadora Eleitoral ELISABETH CARVALHO NASCIMENTO. Presentes os Exmos. Srs. Desembargadores Eleitorais: JOSÉ CARLOS MALTA MARQUES, IVAN VASCONCELOS BRITO JUNIOR, FREDERICO WILDSON DA SILVA DANTAS, ANTÔNIO JOSÉ BITTENCOURT ARAÚJO, LUCIANO GUIMARÃES MATA e FERNANDO ANTÔNIO BARBOSA MACIEL, bem como o eminente Procurador Regional Eleitoral, Dr. RODRIGO ANTÔNIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA.

Por ser verdade, firmo a presente.  
Maceió, 18 de dezembro de 2012.

**CLICIANE DE HOLANDA FERREIRA CALHEIROS**  
Coordenadora de Acompanhamento e Registros Plenários